



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3095 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
OUTUBRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Alexandre Caneira

Somos os terceiros consumidores de peixe no mundo. Alexandre Caneira, de 41 anos, acompanha o setor há mais de duas décadas e traça o retrato da situação. O coordenador da Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca revela algumas das principais reivindicações dos pescadores. **págs. 8 e 9**



AEROPORTO LISBOA

A história dos eternos retornos

Não existe no caso de Lisboa uma localização que possa ser considerada boa e, portanto, a única solução que se pode considerar é aquela que balanceando aspectos positivos e negativos permita instalar um equipamen-

to desta natureza e dimensão, com o menor número de danos possíveis. Se é que se pretende na realidade contar com uma infraestrutura deste tipo e parece haver a noção generalizada que sim. **págs. 6 e 7**



Preço da luz dispara

Com a subida vertiginosa dos preços e o fim do verão, o impacto no rendimento disponível das famílias portuguesas pode pôr em causa o equilíbrio financeiro de muitas famílias num país em que o salário médio era de 1005 euros em 2019. A privatização da EDP e a liberalização do setor deram rédea solta aos preços. **pág. 13**



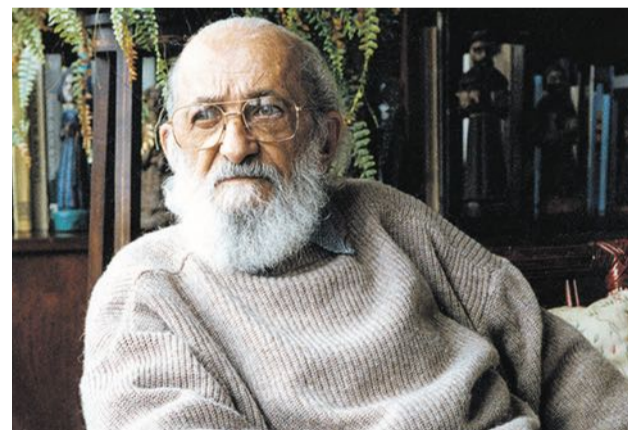
Subir Lisboa de bicicleta outra vez

Oitenta anos após a primeira prova, o Mirantense e "O Relâmpago" decidiram recuperar a histórica subida da Rua do Vale de Santo António, em Lisboa. Esta prova aberta de "Ciclismo para Todos" em formato de contra-relógio vai decorrer no próximo dia 17 de outubro e pretende "devolver o desporto aos bairros". **pág. 10**



A VOZ DO OPERÁRIO 142 anos de jornal

A Voz do Operário celebra em outubro 142 anos. É quase século e meio de história a dar voz aos trabalhadores. Centenas fizeram e fazem parte desta construção coletiva, do mais antigo jornal operário português em circulação. **pág. 16**



Centenário de Paulo Freire

Celebra-se, este ano, 100 anos do nascimento de Paulo Freire, um dos mais importantes educadores, pedagogos e pensadores de língua portuguesa e do mundo. É profundo o seu contributo para o entendimento que temos sobre a natureza da relação educativa e das práticas que lhe estão associadas. **pág. 14**

142º Aniversário do Jornal “A Voz do Operário”

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

No próximo dia 11 de outubro comemoramos o 142º aniversário do nosso Jornal “A Voz do Operário”.

Como vem muito bem descrito no livro “A Voz do Operário – 135 Anos” (um instrumento essencial para o conhecimento da história da nossa Instituição, cuja aquisição aconselho vivamente a todos os sócios e amigos que ainda não o possuem), foi em Agosto de 1879, quando um grupo de operários de uma fábrica de tabacos de Lisboa aproveitava a folga do almoço para falar dos seus problemas laborais, que Custódio Gomes, lamentando o facto de os jornais de então terem recusado a publicação de um artigo sobre os seus problemas e reivindicações, proferiu a célebre frase: “Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos Jornal; bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade. Amanhã reúne a nossa Associação e hei de propor que se publique um periódico que nos defenda a todos e mesmo aos nossos companheiros de outras classes”.

E nessa reunião, que contou com a presença de muitos operários tabaqueiros, Custódio Gomes deu a conhecer o seu projeto tendo sido decidido criar um Jornal dedicado às batalhas laborais e à emancipação dos trabalhadores.

E assim, em 11 de outubro de 1879 foi publicado o primeiro número do Jornal “A Voz do Operário”, identificado como “Órgão dos manipuladores de tabacos”, tendo Custódio Braz Pacheco assinado o editorial, no qual se delinearam as diretrizes do Jornal, designadamente: “pugnar denodadamente pelos interesses materiais e morais da classe que representa; concorrer quanto possível para a educação e moral da classe operária e instrução do povo, defender os que sofrerem injustiças”, prosseguindo noutro texto: “fazermos sentir aos nossos opressores que, pelo trabalho e pela palavra, temos a força precisa para sacudirmos o jugo de ferro que nos quiseram impor”.

Mas as dificuldades de manutenção do jornal eram muitas, tanto organizativas como económicas, mesmo contando com a preciosa ajuda de beneméritos, com destaque para a escritora Angelina Vidal, pelo que na sequência de várias reuniões, foi decidido criar uma Insti-

tuição que desse suporte ao Jornal e assim, em 13 de fevereiro de 1883, numa assembleia geral dos assinantes do semanário, foi fundada a Sociedade “A Voz do Operário”.

Na primeira década de existência do Jornal, muitos editoriais são assinados por Angelina Vidal, que venceu no Jornal o seu ardor republicano e defendeu os direitos das mulheres e das classes laboriosas, ao mesmo tempo que combateu as injustiças sociais e o obscurantismo.

Nas páginas do Jornal ecoou a alegria da vitória da Revolução de 5 de outubro e consequente instauração da República, bem como depois a preocupação com o seu desmoronamento.

Na sequência do golpe fascista de 28 de maio de 1926, o jornalista José Fernandes Alves escreve no Jornal que “a ditadura militar não a aceitaremos nós, não a aceitará o povo português, cioso da sua liberdade e das suas regalias”.

A fundação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) foi devidamente destacada nas páginas de “A Voz do Operário”, que esteve presente na reunião que lhe deu origem, em 8 de outubro de 1945.

A revolução do 25 de Abril de 1974 teve no Jornal um grande destaque e regozijo. Aqui se deu conta dos avanços da revolução e das inerentes melhorias das condições de vida dos trabalhadores e do povo, como se combateram os recuos contrarrevolucionários da política de direita que se seguiu, a qual restringiu muitas das conquistas alcançadas.

O Jornal, que manteve a publicação ao longo das suas mais de 14 décadas de existência, faz parte do restrito grupo da imprensa centenária, sendo o mais antigo Jornal operário em publicação, constituindo um importantíssimo instrumento para o conhecimento da história do movimento social em Portugal.

A partir de 2019 o jornal passou também a contar com uma página própria na internet, que vai sendo alimentada com peças do Jornal e outras, possibilitando igualmente a consulta a anteriores edições do Jornal.

Nascido da luta dos operários, para dar voz aos que a não tinham, cumpriu e cumpre os desígnios dos seus fundadores, mantendo-se irredutível na defesa dos justos interesses dos trabalhadores, constituindo um espaço onde as suas aspirações, reivindicações e lutas continuam a ter um profundo eco.

EDITORIAL

Ir aonde outros não vão

As eleições autárquicas que se realizaram a 26 de setembro traduziram-se num aumento da abstenção. Para além de analisar os efeitos da redução da participação no ato eleitoral, importa entender o que leva a que uma importante parte dos eleitores opte por ficar em casa. Décadas de políticas de direita, cimentadas numa cultura de individualismo, apatia e conformismo, conduziram a um alheamento daquilo que é a política e do que é ser político. São recorrentes os discursos equívocos para tentar mostrar que são todos iguais para que nada mude. Não é verdade. Há mulheres e homens comprometidos com a igualdade, a justiça social e o progresso. Gente que faz política não para se servir mas para servir as populações. Geralmente, a bipolarização mediática das campanhas eleitorais ou a promoção de outsiders, novidades que nada trazem de novo senão uma roupagem diferente sobre as velhas políticas, tenta silenciar a alternativa.

Há 142 anos, no dia 11 de outubro, um grupo de operários tabaqueiros decidiu fundar um jornal que desse voz aos seus anseios e aspirações. Silenciados pelos principais órgãos de comunicação social da época, muitos entenderam a necessidade, mesmo sem saber ler nem escrever, de ter um meio que projetasse para lá do cerco mediático as lutas dos trabalhadores e das populações. Aqui estamos, quase século e meio depois, apostados em seguir o mesmo caminho.

Neste número damos voz a pais de antigos alunos d’A Voz, ao modelo que adotámos, damos voz aos pescadores, à luta por uma alternativa ao Aeroporto de Lisboa, analisamos o elevado custo da eletricidade, ao papel de Paulo Freire na pedagogia, à vitória da operária Cristina Tavares nos tribunais e ao aniversário do nosso jornal. É este o nosso desígnio, ir onde outros não vão, falar daquilo que outros calam.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária



Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



ESCOLAS



“A história mostra que o acesso ao conhecimento não é dado. É conquistado.”

Ano Escolar, abre-te

Pascal Paulus, membro da Direção

No hemisfério norte-ocidental, o ritual repete-se todos os anos em setembro. Os nossos espaços educativos da Voz do Operário cumpriram-no. Ainda que, em tempos normais, os pais e as mães têm a oportunidade de acompanhar de perto o projeto de aprendizagem dos seus educandos, há aquele primeiro dia.

Porque “abrir” o ano letivo? Para assinalar o projeto político que é a escola.

A partir de certa idade as crianças são obrigadas a percorrer um currículo. Frequentemente ainda antes são obrigadas à escola. As sociedades baseadas na venda do trabalho, não deixam muitas opções para os progenitores quando é para cuidar da prole.

A criação da escola e a escolaridade obrigatória associada foi sempre uma decisão política. Conhecemos as histórias dos antigos filósofos, mais tarde dos teólogos. Escravizados ou livres, eram preceptores das crianças de famílias abastadas para que contactem com o conhecimento e o saber disponível. Simultaneamente surgiam locais menores de instrução para as restantes crianças.

Também era assim no século XV. Enquanto os filhos de nobres e patrícios acediam ao conhecimento autorizado, havia espaços de instrução para outros. Mestres-escola pouco letrados tinham duas tarefas: inculcar bons modos e obediência, e cuidar da educação religiosa. Na Europa dividida entre cristãos católicos e reformadores, a fé era assunto de vida e morte. E o Poder secular bem como o religioso, seja católico, seja reformador, tinha na escola o meio para controlar a população nas questões de fé e moral.

O que se praticava nas escolas era de tão baixo nível que o teólogo Erasmo questionava abertamente o ensino administrado na pequena escola, tão mais

pobre do que no seminário. Para escolas serem mais do que meros locais de castigo tinham que ter qualidade. Mestres-escola deveriam ter conhecimento das coisas da natureza e da natureza humana. Toda a escola deveria ser pública e certamente não era pública se não aceitasse todo o público. Nessas escolas os mestres acompanhariam a aprendizagem dos alunos, oferecendo *nec multa sed optima*, não demasiadas coisas, mas sempre da melhor maneira, dizia ele. Muitos dos escritos do cónego humanista, tolerante com os cristãos não católicos, mas não com a religião judaica, foram colocados no índice de livros proibidos da Igreja Católica *donec corrigatur*, até estarem certos. E a sua influência notara-se em Colégios Superiores, como o *Colégio Trilingue* da Universidade de Lovaina, mas não muito nas escolas das crianças.

Em meados do século XVII, Ian Amos Comenius constatava-o mais uma vez: as pequenas escolas que reuniam crianças dos 4 aos 10 anos mal as levavam a soletrar. Muitas nem sequer chegavam a ler, ficando pela recitação dos textos edificantes que lhes eram impostos. Comenius defendeu uma reorganização da escola, com abordagem faseada ao conhecimento. Seis anos de escola materna, seis de escola na língua vernácula, seis na língua da ciência. Assim, garantiria *Omnis Omnia Omnia*. Todos seriam profundamente familiarizados com tudo. Comenius produziu livros bilingues e ilustrados para crianças e jovens: *O Universo Explicado* em texto e imagem. Era bispo protestante. O conhecimento descrito não incluía as teses de Copérnico ou Galileu. Mas os livros eram bem mais informativos do que os pequenos e entediados abecedários promovidos pelo Poder eclesiástico, tanto nas escolas católicas como protestantes. Contudo, durante muito tempo os seus livros foram mais utilizadas

nas colónias de potências europeias protestantes do que na Europa.

Hoje o currículo, ao qual o Poder e a escolaridade obrigam, abrange melhor o conhecimento do que há 400 anos. Mas não é ideal. Vejamos só como a História tem as suas versões específicas em cada Estado ou Nação.

Hoje fala-se também da escola que dá voz ao aluno. Muitas escolas pretendem que o aluno dê voz ao que o adulto deseja. Algumas outras, como a Voz do Operário, assentam o seu projeto educativo na aprendizagem dialogada. As crianças têm voz para co-construir criticamente o seu currículo com os adultos que as acompanham *nec multa sed optima*.

A escola é um projeto político da sociedade na qual ela se insere. A história mostra que o acesso ao conhecimento não é dado. É conquistado.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

Cultura musical n'A Voz do Operário: a professora Francine Benoit



Francine Benoit (foto: Centro de Informação da Música Portuguesa).

Na história da cultura musical no século XX em Portugal, um importante contributo foi deixado por uma professora d'A Voz do Operário: Francine Benoit.

Nascida em França em 1894, veio para Portugal com uns 12 anos de idade. E aqui se salientou a partir da década de 1920, como compositora, pedagoga e como crítica musical na imprensa, sobretudo no jornal *Diário de Lisboa*. Isto numa época em que o meio musical português “era dominado por homens” e “as mulheres que faziam música eram associadas a uma prática privada, amadora, que tinha como função essencialmente a distração” [Helena Lopes Braga (2013), *De Francine Benoit e algumas das suas redes de sociabilidade*, p.31].

Identificando-se como marxista, Francine Benoit destacou-se também na oposição à ditadura de Salazar. Ao lado de nomes como Maria Lamas, Irene Lisboa e Alice Ogando, esteve entre as primeiras mulheres que, em 1945, deram publicamente o seu apoio ao MUD (Movimento de Unidade Democrática).

Fez parte de duas associações feministas dissolvidas pela ditadura em 1947 e 1952, respectivamente: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz.

Depois do 25 de Abril, em 1980, e já com 86 anos de idade, Francine Benoit ainda participou no 1º con-

gresso do MDM (Movimento Democrático de Mulheres), sendo eleita para o seu conselho nacional. Faleceu em 1990.

N'A Voz do Operário

Num pequeno artigo biográfico que sobre ela escreveu, João Cochofel realçou o trabalho que Francine Benoit realizou, a partir de 1950, na direção de um núcleo orfeónico na A Voz do Operário, “nesta popular colectividade realizando um meritório esforço no sentido de elevar o nível musical da massa associativa” [in Tomás Borba/Fernando Lopes Graça (1952), *Dicionário de Música*, p.174].

Não ficou por aí. Na Voz do Operário, Benoit profereu também, em 1953, uma conferência sobre “história da música coral”, e dirigiu a partir de 1958, “cursos experimentais de música”, com as professoras Arminda Nunes Correia e Orquídea Quartín (filha do célebre anarco-sindicalista Pinto Quartín). Entre 1954 e 1967, Benoit colaborou esporadicamente no nosso jornal. Tudo isto além de ter sido professora de música no curso comercial que à época funcionava na Voz do Operário.

Não foi uma relação isolada. Francine Benoit dedicou-se a outras instituições ligadas ao movimento

operário. Desde logo, na década de 1920, quando colaborou algumas vezes no jornal sindicalista *A Batalha*; e quando deu aulas na Escola Oficina N°1, onde trabalhou ao lado de destacados intelectuais anarquistas como Adolfo Lima e César Porto. Foi aliás ela que musicou algumas das peças de teatro que eles escreveram.

Já numa fase final da Universidade Popular Portuguesa, na década de 1940, Francine Benoit deu um bom contributo para a sua dinamização, organizando um ciclo de sessões musicais comentadas sobre “A música, suas modalidades e a sua história”.

“um pouco como a minha casa”

Mas com A Voz do Operário, Francine Benoit teve uma relação especial. Aqui escreveu ela, em 1963:

“Considero a Voz do Operário um pouco como a minha casa. De longa data, olhava para as suas altíssimas paredes, rasgadas de grandes janelas, atraída pelo denso conteúdo da sua divisa. Por isso senti-me honrada ao ser convidada para tomar a responsabilidade duma renovada tentativa de criar um grande grupo orfeónico, vai já para catorze anos. Pus nessa forma de cultura musical e de alargamento de relações sociais o melhor do meu esforço e tive auxiliares devotados; mas não vencemos a batalha. Entretanto, eu tinha entrado no quadro do corpo docente da secção feminina do Curso Comercial da benemérita instituição. E sempre no meu lema de contribuir para a expansão do que há de mais válido na arte dos sons, fundei na nossa sede uns Cursos Experimentais de música. Mas tive de reconhecer que as despesas que o empreendimento acarretava, para que a verdadeira finalidade dos referidos cursos não fosse sofismada, era incompatível com os recursos duma entidade não largamente subvencionada.

[...]

O facto dos Serviços Administrativos de A Voz do Operário terem continuado sempre a utilizar os meus préstimos é uma das razões básicas do lugar que venho hoje ocupar nas colunas do número comemorativo do jornal A Voz do Operário, pelo seu 84º aniversário [1963]. As outras razões, já acima indicadas por alto, são o ensejo que me é dado de afirmar publicamente a minha integração radicada em tudo o que é tentativa de verdadeira educação do povo, verdadeiro esclarecimento dos trabalhadores – entre os quais me conto – e expansão do gosto pela música.” [A Voz do Operário, 01/10/1963, p.3].

Mulheres na história

Na história do jornal A Voz do Operário, há um importante contributo feminino ao longo de gerações, que já vem desde a década de 1880, quando Angelina Vidal foi redatora.

Mais recentemente, já depois do 25 de Abril, este jornal teve duas directoras, Zulmira Ramos e Estela Rocha, e duas redadoras, Glória Silva e Ana Goulart.

A colaboração de Francine Benoit faz parte desse contributo de mulheres. Aqui, n'A Voz do Operário, e também na revista *Seara Nova* - que este mês celebra o seu centenário.

ESCOLAS

Uma experiência para a vida, n'A Voz do Operário



“Encontrei um espaço em que a participação de todos é valorizada”

Rui Vasco Silva

As Escolas da Voz do Operário são de facto lugares especiais e singulares no panorama da educação no nosso país. Resisto à tentação de os situar acima ou abaixo de outros, porque o que melhor caracteriza a forma de ensinar e aprender nas escolas da Voz é a diferença face a esse padrão de categorização e classificação a que estamos habituados num mundo em que tudo parece competir.

Sou pai de uma ex-aluna e de um finalista do primeiro ciclo da Voz do Operário. Esta circunstância permitiu passar a última década a contactar quotidianamente com a Voz, com os profissionais dos seus

espaços educativos, com outros alunos e respectivos pais e encarregados de educação. E confesso que quando pela primeira vez entrei no Espaço Educativo da Ajuda não podia ainda compreender e avaliar o papel transformador que a escola passaria a desempenhar nas nossas vidas.

No Espaço Educativo da Ajuda encontrei uma escola de “porta aberta”, que em vez de tolerar a presença dos pais antes a incentiva. Encontrei um espaço em que a participação de todos é valorizada, incentivada e acarinhada, porque é através dela que a escola encontra as respostas mais adequadas aos seus desafios quotidianos. Encontrei ainda um conjunto de pessoas marcantes, inteligentes, sensíveis e com um enorme sentido de responsabilidade, conhecedoras do papel

que desempenham numa fase fundamental da formação pessoal, social e académica das crianças com as quais trabalham.

Sempre me pareceu que entre as muitas carências da chamada “escola tradicional” – aquela do toque de entrada e do toque de saída, dos alunos sentados em plateia e em silêncio, do método predominantemente expositivo, dos conteúdos impostos pelo manual ou pelo professor, do silêncio, das faltas disciplinares e das aulas vocacionadas para a preparação de testes e obtenção de classificações ou “notas” – a democracia é mesmo a mais evidente. Pois bem, no Espaço Educativo da Ajuda encontrei um exemplo de boas práticas diárias de responsabilização e incentivo à construção de uma democracia interna em que todos participam e da qual todos cuidam.

O resultado, pelo menos no caso dos meus filhos, é uma autonomia evidente, uma capacidade reforçada de ler e interpretar as coisas do mundo, uma vontade espontânea de participar na vida colectiva, um sentido de justiça democrático – muito para lá do espírito “justiceiro” da época – e um genuíno desejo de igualdade.

De resto, no caso da minha filha mais velha, que se encontra no 10º ano, o receio de uma transição complicada para a escola estruturada de forma tradicional não se veio a revelar justificado. As ferramentas que trouxe da Voz só ajudaram, não funcionaram em seu desfavor nem perturbaram o seu percurso social ou escolar. E isto apesar de algum preconceito que encontrei logo na primeira escola após a Voz do Operário...

O que vejo em casa e o que observo junto dos antigos alunos da Voz com quem contacto de forma muito regular são traços fundamentais de uma boa formação humana: autonomia e solidariedade, capacidade de concretizar projectos e de ajudar outros, boa preparação académica e excelente capacidade de integração nos grupos dentro e fora da escola (no desporto, por exemplo).

Como pai de um actual aluno e de uma ex-aluna, agradeço à Voz esta experiência que todos levamos para a vida. Não a troca por outra.

INSTITUCIONAL

CLAVE NA MÃO

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

Cofinanciado por:
COMPETE
2020

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

9, 10 OUT.
LARGO de Santa Marinha

jazz
tem voz!

15, 16, 17 OUT

A voz do Operário - Graça

uma organização Clave na Mão, em parceria com A Voz do Operário

AEROPORTO



Novo Aeroporto de Lisboa, A história dos eternos retornos

Instalar um aeroporto em Lisboa seria sempre um problema de difícil resolução. Localizada no estuário de um rio de largo caudal, rodeada de solos férteis e, por isso mesmo, espaço de excelência para o desenvolvimento de ecossistemas ricos e diversos, a construção de um ponto de levantamento e aterrizagem de aviões, com todas as estruturas associadas, sistemas e vias de comunicação, abastecimento, apoio a passageiros, gerador imenso de desperdícios, consumidor gigantesco de materiais e energia, é um quebra-cabeças cuja resolução implica mexer numa miríade de equilíbrios que, seguramente, nenhuma autoridade gostaria de ter em mãos.

Carlos Moura

Não existe no caso de Lisboa uma localização que possa ser considerada boa e, portanto, a única solução que se pode considerar é aquela que balanceando aspectos positivos e negativos permita instalar um equipamento desta natureza e dimensão, com o menor número de danos possíveis. Se é que se pretende na realidade contar com uma infraestrutura deste tipo e parece haver a noção generalizada que sim.

Os primórdios do novo aeroporto – o primado das preocupações técnicas

O crescimento do transporte aéreo de passageiros era já reconhecido aquando da criação do Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa em 1969. Assim o Decreto-Lei n.º 48902 inscreve no seu conteúdo as seguintes linhas:

“Alguns anos depois de construído o actual Aeroporto de Lisboa, começou a operar-se no mundo inteiro uma evolução rapidamente progressiva da técnica

da aviação, conduzindo este meio de transporte à função preponderante que hoje lhe cabe na vida da humanidade.

E assim aquele Aeroporto, construído em 1930, registou um movimento de 2900 passageiros em 1942, passando para 50000 em 1946 e 64000 em 1952, logo atingindo os 245000 em 1958.

Após a guerra, entre 1959 e 1967, o tráfego de passageiros passou de 428000 para 1422000, e estudos de previsão recentes, feitos por firmas especializadas na matéria, anunciam que atingirão os 4 milhões de passageiros

em 1975 e talvez 8,5 milhões em 1980.

As várias adaptações realizadas no Aeroporto, como a preparação das pistas para os aviões a jacto e a adaptação das instalações para procurar atender ao crescente movimento de passageiros, nunca chegaram a satisfazer as necessidades, dado que a evolução do tráfego aéreo se tem processado num ritmo que muitas vezes ultrapassa as mais amplas previsões.”

Estas palavras não eram vãs. Na realidade o crescimento do número de passageiros nos últimos anos validou as

previsões e até mostrou a tendência para um crescimento ainda mais acentuado. O relatório do INAC da evolução do transporte aéreo 1990-2009 indicava o crescimento do número de passageiros, passando de perto de 5 milhões de passageiros em 1990 para cerca de 13,3 milhões em 2009, e a PORDATA indica que o máximo foi atingido em 2019 com 31.184.594 milhões de passageiros, sendo que apenas a pandemia fez os números voltarem a valores do final dos anos noventa.

“Pese que à época nenhuma considerações foram feitas, nem sobre o ambiente, nem sobre a qualidade de vida das populações.”

Pese que à época nenhuma considerações foram feitas, nem sobre o ambiente, nem sobre a qualidade de vida das populações. Não se considerou sobre poluição do ar, nem sobre ruído, sobre afectação de solos, degradação dos sistemas naturais ou perda de biodiversidade. Apenas foi reconhecida a necessidade de se encontrarem novas localizações, das quais ao tempo prevaleceram a Ota e o Rio Frio, com base em considerações do foro técnico. E, de entre estas duas, com o avanço da década de 70, a Ota veio a ganhar prevalência.

As decisões mais democráticas, ou nem sempre. Ou o caminho da Ota ao Campo de Tiro

A quase estagnação, ou na realidade um crescimento menos acentuado da utilização da Portela, de meados dos anos setenta até aos princípios dos anos 90, empurraram a tomada de decisão para mais tarde. Também a Revolução de Abril e a necessidade de ouvir a sensibilidade das populações, que não era tida em conta de nenhuma forma no decreto de 1969, impedia a implementação da orientação decorrente desse decreto.

Não obstante, esta orientação veio a ser repescada no final dos anos 90, e vários estudos, que retomaram e modernizaram os princípios orientadores da opção Ota, pareciam concorrer para sufragar esta solução, sendo inclusive incluída no Projecto a linha de caminhos-de-ferro em alta velocidade. A implementação do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) na Ota aparecia então como um facto tão consumado que, para o mesmo, foi desenvolvido um Plano Especial de Ordenamento do Território que suspendeu os diversos Planos de Ordenamento e que tinham dado azo a licenciamentos, mais ou me-

nos claros, na zona que ficaria abrangida pelo Plano Especial.

Esta opção teria seguido adiante não fora a contestação levada a cabo, principalmente pelas populações e pelas Organizações Não Governamentais ligadas à protecção e defesa de valores ambientais e, diga-se a bem da verdade, de interesses mais inclinados para uma localização mais central no que concerne à proximidade dos grandes eixos de comunicação com a Espanha, e que apresentaram uma solução que se mostrou bastante mais equilibrada na mitigação dos vários impactes negativos, nomeadamente os impactes relacionados com o ruído – ao qual nem as limitações internacionais aos níveis produzidos pelos motores haviam dado resposta cabal – ou as relacionadas com a biodiversidade, mesmo que tenha de ser tido em conta a quantidade de sobreiros a abater.

Retrocesso nas decisões – A Portela mais Um

Não é segredo que a solução de um Aeroporto na margem sul do Tejo contou sempre com diversos tipos de oposição, desde um Ministro que publicamente declarou “*jamais, jamais, jamais!*”, até a diversos autarcas da zona ocidental de Lisboa, que promoveram soluções como Portela mais Tires, Portela mais Base aérea da Quinta do Marquês (Sintra), Portela mais Alverca, e, por fim, quando uma a estas soluções foram sendo descartadas Portela mais Montijo.

Na realidade a Base aérea n.º6 surgiu quando a ingerência da Troika nas políticas de desenvolvimento nacional, com a cumplicidade do Governo PSD/CDS, impôs um *downsizing* que a ter prosseguido teria reduzido o país a um mero protectorado de potências estrangeiras, e medrou quando se começou a instalar o mito do custo da construção de novas pistas, no quadro de uma concessão que privatizou a ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) por cinquenta anos a uma empresa que demonstrou ter pouco, ou nenhum interesse, em investir nas infraestruturas nacionais e mais na exploração das já existentes, ou nas de muito baixo investimento.

Quando se esperaria que o Governo PS, que lhe sucedeu, revertesse estas opções, visando a implementação de uma política de transportes integrada, entre os vários meios, potenciando as infraestruturas existentes com as infraestruturas a construir, nos vários modos e em respeito pelas necessidades e aspirações das populações e dos valores ambientais, tal não aconteceu, verificando-se em vez disso a insistência por todos os meios na solução Portela, com todos os inconvenientes de poluição do ar e ruído e riscos de acidentes em Lis-

boa, e a aprovação de um Estudo de Impacte Ambiental que não tem em conta, entre outros, os impactes do ruído sobre uma vasta população.

Defendendo um projecto temerário, enfrentando Municípios, ongas e tribunais? Ou seguir um caminho diferente?

Perante as dificuldades decorrentes, nomeadamente das críticas das organizações cívicas e ambientais, e que se consubstanciaram em participações altamente críticas a este EIA durante o seu processo de avaliação, as autoridades governamentais ensaiaram uma notória fuga para frente, cujo avanço acabou por esbarrar também com o parecer negativo das Câmaras Municipais da Moita e do Seixal, e com elas a Associação dos Municípios de Setúbal.

Esta fuga consubstanciou-se numa tentativa de alterar a Lei, por forma a ultrapassar a negativa dos Municípios, processo no qual o Governo teve a anuência do PSD, cuja intervenção não é despicienda quando se faz uma análise de toda esta situação. Contudo, ao mesmo tempo, as Associações iniciaram passos para a impugnação pelos tribunais da Declaração de Impacte Ambiental, devido a considerarem a existência de inúmeros atropelos, inclusive legais, à emissão da mesma.

Perante a exposição das associações Almargem, ANP/WWF Portugal, A Rocha Portugal, FAPAS, GEOTA, LPN, SPEA e ZERO, o Ministério Público, em fins de Abril de 2021, reconhece a validade dos argumentos e conclui pela “invalidade do acto administrativo impugnado com fundamento em nulidade e ou anulabilidade”, dando razão à acção de anulação da DIA interposta.

“a escolha do local na Base Aérea do Montijo descarta de modo evidente e manifesto os impactos ambientais, quer na fase de construção, quer na fase de exploração”

Também o Tribunal Administrativo de Almada considerou em Setembro último, em sentença então proferida, que: “a escolha do local na Base Aérea do Montijo descarta de modo evidente e manifesto os impactos ambientais, quer na fase de construção, quer na fase de exploração, nas áreas sensíveis legalmente protegidas, de importância nacional, comuni-

tária e internacional, impactos esses que são, designadamente, a vasta destruição no local, na fase da construção e a sua afectação irremediável no futuro durante os cinquenta anos da fase de exploração, sem qualquer possibilidade de reconstituição ‘in natura’, desde que comece a fase de construção”. Porém não suspendeu o processo!

Neste quadro o resultado das eleições autárquicas do passado dia 26 de Setembro, tem um óbvio impacto no definitivo abandono ou no prosseguimento deste projecto, acção esta que roça a temeridade, em face até das tomadas de posição das autoridades judiciais. É evidente que, apesar de tudo, o enfraquecimento das maiorias municipais que, em nome do bem-estar, se opõem à instalação no Montijo daquilo que é, para todos os efeitos, um terminal da Portela, corroi os esforços das populações e associações contra a sua construção, mas também os esforços e a luta daqueles que lutam pela saída definitiva do Aeroporto da Portela, abrindo uma porta de saída à decisão que estaria aparentemente já tomada.

“cedo vai trazer consequências às vidas das populações, como reproduzirá toda a situação da Portela na margem sul, duplicando um problema, que acabará por sair caro a médio prazo”

Temeridade será sempre, porque não só um equipamento destas características com semelhante localização, cedo vai trazer consequências às vidas das populações, como reproduzirá toda a situação da Portela na margem sul, duplicando um problema, que acabará por sair caro a médio prazo, a quem o defende, e que, a concretizar-se, apenas servirá o interesse do concessionário que procura obter o maior rendimento da sua concessão, com o mínimo de investimento, garantindo um nutrido retorno.

Por outro lado se se concretizar a sua travagem, a retoma da solução Campo de Tiro de Alcochete virá fazer correr alguma tinta, ainda que esta seja à partida uma solução melhor. Em todo o caso o retorno a ela carecerá sempre de uma Avaliação Ambiental Estratégica, que consagre de uma vez por todas, quando e como deve ser implementado e mais do que isso qual a forma em que se integra numa estratégia nacional de transportes e que papel e relevância nesta estratégia pode e deve desempenhar.

ALEXANDRE CANEIRA

“Maioria dos acidentes são por falta de descanso”

Portugal tem uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo e os portugueses são os terceiros no mundo a consumir mais peixe. São dados que contrastam com a realidade da indústria pesqueira no nosso país. Alexandre Caneira, de 41 anos, acompanha o setor há mais de duas décadas e traça o retrato da situação. O coordenador da Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca revela algumas das principais reivindicações dos pescadores portugueses.



Alexandre Caneira alerta para as más condições dos pescadores.

Bruno Amaral de Carvalho

Quantos pescadores e barcos existem em Portugal?

Em Portugal, existem cerca de 15.234 pescadores e há 7.718 embarcações, segundo dados de dezembro de 2020.

E como é que se caracteriza a frota nacional?

A frota nacional tem uma prevalência de embarcações de pequena pesca, em que cerca de 90% das unidades registadas têm um comprimento de fora-a-fora inferior a 12 metros e têm uma arqueação bruta reduzida,

que no seu conjunto representa apenas 14% do total nacional. A idade média da frota registada ronda os 36 anos e, em termos de frota licenciada, ronda os 26 anos.

Portugal tem a terceira maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da União Europeia e é o terceiro consumidor mundial de peixe. Porque é que o saldo de exportações é negativo?

É negativo no valor de 1.005.753,40€, também segundo dados de dezembro de 2020, isto porque, só em bacalhau (espécie que não capturamos) importou-se cerca de 309.260M€, em peixe refrigerado 206.787 M€, em peixe congelado cerca de 183.425M€, moluscos e crustáceos cerca de 254.600M€, entre outros. Devemos consumir mais produto nacional para equi-

librar a balança, devemos contribuir ainda mais para a valorização do nosso pescado, de forma a aumentarmos a nossa riqueza.

Que impactos é que teve a entrada na CEE para o setor da pesca?

Portugal era dos países do mundo que mais podiam beneficiar da sua ZEE. As 517.400 milhas quadradas de extensão da ZEE portuguesa podiam trazer outras possibilidades, mas era preciso conhecer as espécies e a sua distribuição relativa, medir os custos operacionais, reconverter as frotas e as estruturas de apoio à indústria. O problema persiste. Nas vésperas da adesão de Portugal à CEE as pescas portuguesas debatiam-se com diversas fragilidades. Na CEE a dez, era em Portugal que a pesca

(incluindo as indústrias derivadas) detinha mais peso económico: 1,6% do PIB contra 0,8% da Espanha, 0,7% da Dinamarca e 0,5 da Grécia. Portugal dispunha, tal como hoje, de um mercado interno de invulgar dimensão, dada a tradição do consumo de bacalhau e a elevada importância do peixe no consumo de proteínas de origem animal. Nos anos 80, as frotas de pesca continuavam, porém, a evidenciar graves problemas de atraso tecnológico e baixa produtividade dos fatores. Cerca de 95% das embarcações registadas para a pesca, quase dez mil tinham menos de 5 TAB (Tonelagem de Arqueação Bruta). Bem diferente era a realidade da subaproveitada frota de navios de pesca longínqua: significava apenas 1% das embarcações de pesca nacionais, ainda que lhe pertencesse quase metade da TAB do conjunto da frota pesqueira portuguesa. Entre 1976 e 1984, Portugal assinou mais de uma dezena de acordos de pesca. Esses arranjos foram feitos com países terceiros cujas águas de jurisdição não fossem abrangidas por organizações regionais de pesca. Salvo os acordos assinados com a Espanha em 1978 e 1985, o saldo prático desse conjunto de arranjos bilaterais ficou aquém das expectativas. As pescas eram o setor mais integrado das políticas comunitárias. A adesão obrigou a uma enorme mudança nos princípios de gestão e nas práticas dos agentes. Apesar do êxito comercial dos acordos de adesão e do acordo de pescas com Espanha, em geral o armamento português não aguentou a reconversão induzida pelo choque da Política Comum. Revelou-se fraca a organização do tecido empresarial e frágil a articulação funcional entre a produção, a indústria transformadora e a comercialização. O decréscimo da produção primária das pescas foi mais rápido e contundente do que aquele que se registou no conjunto dos países da Comunidade/União.

“Em geral o armamento português não aguentou a reconversão induzida pelo choque da Política Comum. [...] O decréscimo da produção primária das pescas foi mais rápido e contundente do que aquele que se registou no conjunto dos países da Comunidade/União.”

Portugal foi um dos “bons alunos” da Política Comum das Pescas, sobretudo enquanto houve subsídios para construções e abates. Nos anos 90, algumas organizações não-governamentais denunciaram a contradição desse duplo financiamento. No entanto, sem os meios financeiros disponibilizados pela União Europeia, é de crer que os problemas estruturais das pescas portuguesas se tivessem acumulado ainda mais e não é seguro que a capacidade comercial do Estado português fosse maior. Através da adesão, Portugal acabou por concretizar um processo de reestruturação do sector que ajustou drasticamente – talvez em excesso e de forma tardia – os meios de produção e as

infraestruturas às possibilidades de pesca em águas nacionais e exteriores. Em poucos anos a frota portuguesa emagreceu, mas revelou-se mais ajustada aos recursos disponíveis e melhor equipada.

Nos dias de hoje, se a crise ambiental limita decisivamente a socioeconomia das pescas e não permite imaginar o retorno a indicadores de produção semelhantes aos do terceiro quartel do século XX, a dimensão oceânica de Portugal coloca as pescas portuguesas num contexto jurisdicional pouco susceptível de mudança nas próximas gerações. Apesar do aparente favor da geografia e embora se admita que o peso da economia do mar possa crescer no conjunto da economia portuguesa – em 2012 ficou-se pela metade do peso médio no PIB dos países costeiros da Europa Ocidental –, não há razões para prever um crescimento relativo da pesca na economia.

Quanto peixe é que são obrigados a deitar fora anualmente?

Neste momento existem determinadas espécies que têm quotas, por isso, só se pode capturar o valor da quota limitada.

De que forma é que o atual modelo monopolista na conservação e distribuição por parte das grandes empresas provoca constrangimentos no sector?

Neste momento na conservação e indústria de transformação os preços praticados são baixos, isto porque se continua a importar matéria prima. Na distribuição, derivado à margem de lucro praticada, deveria dar mais valor aos custos da produção.

Os pescadores ainda recebem de acordo com aquilo que pescam? Qual é a alternativa que propõem?

Neste momento o pescador recebe de acordo com uma percentagem da venda em lota. Mas neste momento a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca tem uma proposta, que é o salário mínimo garantido, mais uma percentagem da venda em lota.

A maior parte da frota não pesca em permanência o ano todo. Que impactos tem isto nas famílias e quais as reivindicações destes trabalhadores?

Existe o subsídio (Fundo de Compensação Salarial) só que muitos armadores (donos das embarcações) não recorrem porque não recebem nada. Este subsídio é só para os pescadores. A frota não pesca o ano todo, por diversos motivos, que são: limite de quotas de pescado, situações climatéricas, valorização do pescado, entre outras. O impacto que tem nas famílias é que o pescador não tem uma remuneração fixa, logo não sabe o que trazer para casa, fica difícil “sonhar” ou criar expectativas para o futuro...As reivindicações do sector é criar um salário mínimo garantido, para que no mínimo o pescador saiba que aquela remuneração está garantida.

Esta é também uma profissão de alto desgaste com um horário semanal que pode ir muito para além da generalidade dos trabalhadores. O que se pode fazer

para melhorar a qualidade de vida de quem trabalha na pesca?

O desgaste da profissão só por si já devia levar a um horário diferente da generalidade dos outros trabalhadores. O pescador tem dias em que dorme cinco ou 6 horas, descansa muito pouco. Os estudos indicam que a maioria dos acidentes que existem no mar, são por falta de descanso ou cansaço. Diminuir o horário de trabalho no mar é essencial para a segurança do pescador e da sua tripulação.

“Os estudos indicam que a maioria dos acidentes que existem no mar, são por falta de descanso ou cansaço.”

Quais são os principais problemas no dia a dia a bordo?

São as condições de trabalho e as condições de segurança. Os pescadores devido às características próprias da atividade de trabalho, estão expostos a riscos de magnitude ou intensidade que dificilmente são encontradas em outros ambientes de trabalho. Realiza-se longe de terra firme, no frágil equilíbrio de uma embarcação, com espaços de trabalho limitados, processos de trabalho física e psicologicamente exigentes e à mercê de difíceis condições naturais.

É verdade que há falta de mão de obra no sector? Por que é que os mais jovens não querem seguir esta profissão?

Sim, neste momento existe falta de mão-de-obra no setor. Os jovens hoje em dia, não vão para esta atividade pelas razões que indiquei anteriormente. É uma profissão dura, de alto risco, desgastante e ainda por cima sem saber que remuneração se vai ter. Não é fácil motivar um jovem que vai para uma profissão sem lhe dizer quanto vai ganhar.

Continua a haver muitos acidentes e muitas mortes. Quais são as principais reivindicações para proteger os pescadores?

Sim, infelizmente continua a haver acidentes e mortes. As reivindicações são de aumentar a atividade formativa, a fiscalização a bordo das embarcações para perceber se os princípios e processos da segurança e saúde no trabalho estão corretos. De salientar as obrigações do armador em assegurar a manutenção técnica das embarcações, equipamentos e dispositivos, bem como dos meios de salvamento e sobrevivência a bordo.

Podes falar-me das condições nos portos e barras?

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, vem alertando as entidades responsáveis para que a manutenção seja permanente e não só quando existem acidentes. Exigimos que se concretize o plano de dragagens. Estão disponíveis 19 Milhões de euros para a realização desses trabalhos.

LISBOA

80 anos depois, ciclistas voltam ao Vale de Santo António

No dia 17 de Outubro de 2021, repete-se a histórica subida em bicicleta da inclinada rampa da Rua do Vale de Santo António, na freguesia de São Vicente, em Lisboa. Esta prova aberta de “Ciclismo para Todos” em formato de contra-relógio dá-se como mais um passo, segundo os organizadores, “na missão de devolver, às ruas dos bairros de Lisboa, o desporto (e o desportivismo), o entusiasmo e o convívio entre participantes, adeptos e moradores”.

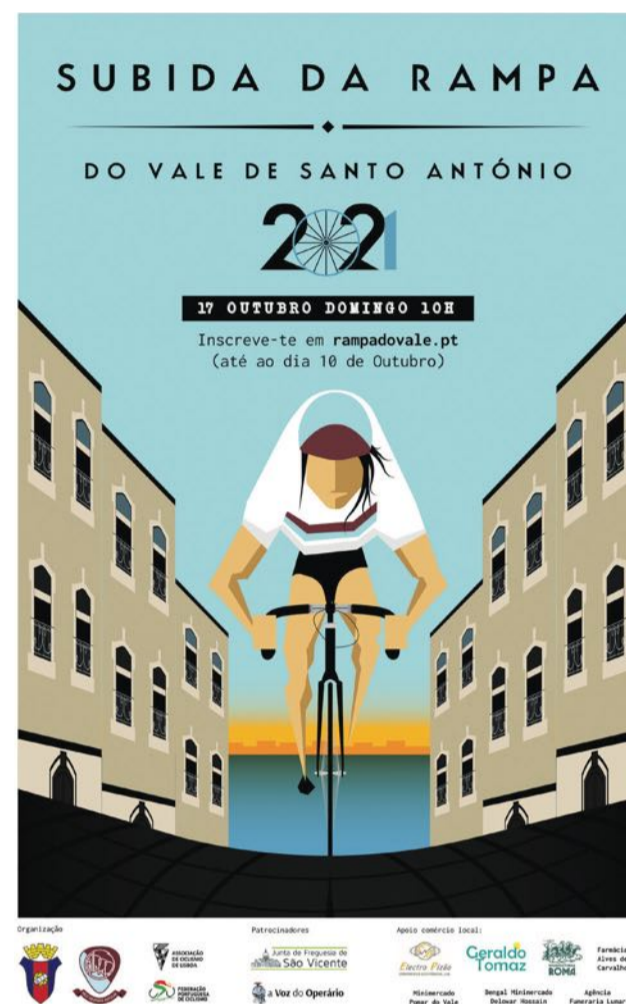
Oitenta anos após a primeira prova, estreada em 1941, o Mirantense Futebol Clube e a Associação Recreativa e Desportiva “O Relâmpago” (ADRR) combinam esforços para este desafio ciclista que ficou para sempre “na memória de todos quantos nela participaram e assistiram”. A iniciativa tem ainda o apoio d’A Voz do Operário.

Tal como atestam os jornais da época, a Subida

do Vale de Santo António foi, desde logo, foco de atenção e entusiasmo, por multidões dos variados bairros populares lisboetas, preenchendo as ruas e engalanando as janelas, num dia que era de festa e desporto popular.

Este ano, e com partida na Rua do Mirante, a prova consiste na subida da Rua do Vale de Santo António do início até ao seu final, na Rua dos Sapadores. O trajecto, com cerca de 1km, será de grande esforço e vai desafiar a resistência dos ciclistas devido ao íngreme declive de algumas secções da subida.

A inscrição na prova tem o custo único de 5 euros por participante e inclui a oferta de uma t-shirt, um cantil e uma mochila comemorativa do evento. As inscrições estão abertas até às 23h59 do dia 10 de outubro 2021 na sede do Mirantense Futebol Clube ou por e-mail em rampadovale@gmail.com.



A VOZ do corvo



...lojas, montras e memórias

No último número de *A Voz do Operário*, o artigo publicado sob o título *Uma cidade de montras vazias* fez chegar recordações a muitos velhos e possivelmente muitas lágrimas ao canto dos olhos.

Para aqueles que já contam dezenas de anos de idade vieram ter com eles as montras da Kermesse de Paris, junto à Estação do Rossio, que vendia brinquedos ou da Pastelaria Suíça, no Rossio e cujas montras estavam repletas de bolos de todos os feitios e sabores. Haverá alguns que ainda terão na memória a “guerra das montras” quando, durante a Segunda Guerra Mundial, Aliados e nazis disputavam montras para lá exibirem propaganda dos seus feitos. Ganhava em arrogância a Alemanha que dispunha da melhor montra de Lisboa, na esquina da rua do Carmo com a rua Garrett, mas maior atenção despertava entre a população aquela que a Inglaterra tinha na vitrine de uma cervejaria da rua da Palma, logo no princípio.

Dizia um velho, daqueles que se juntam no jardim

do meu bairro: ...ver montras dá para uma pessoa sonhar, mesmo que não compre nada.

Não pensaria assim o responsável por uma grande cadeia de supermercados num colóquio há tempos realizado em Lisboa sobre Urbanismo Comercial. Ao ser abordado o papel dinamizador da vida de relação que se estabelece em qualquer espaço público onde haja “lojas com montra para a rua”, opinou ele que o papel do supermercado não era vender sonhos mas sim vender aquilo de que as pessoas precisavam e, se possível, vender aquilo de que as pessoas não precisassem e para isso elas deveriam ser “fechadas” em edifícios sem montras e as compras deveriam ser automatizadas, sem a necessidade de entrar numa loja, cumprimentar ou ser cumprimentado por quem o atendesse ou de estabelecer qualquer tipo de diálogo com quem inclusivamente orientasse a escolha. Note-se que, dizem os dicionários, atender significa dar atenção, ouvir, responder, cuidar ou mostrar a mercadoria.

Seria necessário só olhar, estender o braço, encher o carrinho, pagar e sair. Um algoritmo de grande simplicidade onde só caberia o “preciso, não preciso mas está em promoção”. Compro.

Descaiu-se ele, já fora do âmbito do colóquio, em conversa informal, ao revelar alguns estratégias para atingir aqueles fins: ...a carne e outros bens essenciais para a alimentação vendem-se no fundo da grande superfície, em relação à entrada e depois do comprador ter percorrido o maior número possível de metros lineares de prateleiras; os bens que forneceriam maiores lucros à empresa deveriam estar à altura dos olhos e os chocolates, as guloseimas e a “literatura de centro comercial” junto às caixas, enquanto as pessoas esperam e olham à sua volta.

Alguém interveniente no referido colóquio estra-

nhou que uma cadeia implantasse um supermercado num bairro de iniciativa municipal onde o nível de rendimentos era relativamente baixo em relação ao conjunto da cidade, ao que ele respondeu que a sua atividade contemplava a classe C, definindo assim a família alvo representativa dessa classe:

fazem compras ao sábado e para toda a semana; para eles fazer compras é um ato simultaneamente necessário e lúdico; é constituída por um pai, uma mãe, dois filhos de sexos diferentes, a avó ou a sogra; e, por necessidade ou opção, destinam grande parte dos seus rendimentos à alimentação.

Depois acrescentou que a gerência da cadeia de distribuição a que pertencia nunca calendarizava a abertura de uma grande superfície em ano de eleições autárquicas e isso porque tinha a noção de que essa abertura estiolaria todo o comércio tradicional num raio de 500 a 600 metros, provocaria falências, encerramentos, desemprego e sentimentos de revolta em alguns setores da população, além do que afetaria o bom nome da empresa e abalaria o valor eleitoral do executivo que licenciara o empreendimento.

A verdade é que as grandes superfícies comerciais vieram para ficar. Facilitam a vida a grande parte da população, mas no bairro onde eu vivo todos temos saudades da leitaria do senhor Zé, da pequena livraria do senhor Barata, quando era pequena ou da mercearia do senhor Pacheco que vendia arroz e bacalhau e acompanhava Hermínia Silva à guitarra (anda Pacheco, dizia ela...).

À parte do saudosismo não será possível a coexistência das grandes distribuidoras e do pequeno comércio? Talvez a resposta esteja num planeamento coerente e integrado onde tanto caibam os abastecimentos, como a cultura. Porque a conveniência é um ato de cultura.

Francisco da Silva Dias

SETÚBAL



Cerca de 500 pessoas protestaram em Setúbal.

População contra encerramento de parque de merendas

Durante anos, o parque de merendas situado na Herdade da Comenda, em Setúbal, tem sido um lugar aprazível onde se junta a população para fazer piqueniques e caminhadas. Na última semana de setembro, os proprietários desta zona do concelho vedaram o acesso ao parque de merendas, junto ao palácio, justificando a decisão com o futuro Arqueosítio da Comenda - Centro Interpretativo.

No fim de 2019, a empresa Seven Properties comprou a totalidade dos terrenos, por 16 milhões de euros, à família do antigo proprietário António Xavier de Lima. Os terrenos estavam ao abandono, desde a morte do empresário em 2009, e estiveram no mercado durante vários anos.

Em janeiro de 2020, os novos proprietários decidiram vedar a circulação e o parque de estacionamento junto à Praia de Albarquel. Nas placas, podia ler-se “a invasão de propriedade privada é crime previsto e punido pelo artigo 191.º do código penal com pena de prisão”. Apesar desta delimitação, o acesso pedonal até à zona balnear estava aberto, não estando em risco a circulação dos banhistas.

Ainda que faça parte da herdade, a gestão da zona de lazer pública está a cargo da Câmara Municipal de

Setúbal, que no verão passado fez obras de recuperação, com a colocação de mesas, cadeiras de piquenique e churrasqueiras novas.

Nas placas encontra-se, agora, o aviso de que o parque é propriedade privada e que “os crimes praticados contra um bem cultural aplicam-se a disposições no código penal, com pena de prisão até aos três anos, pena de multa até 360 dias e coima até 500 mil euros”.

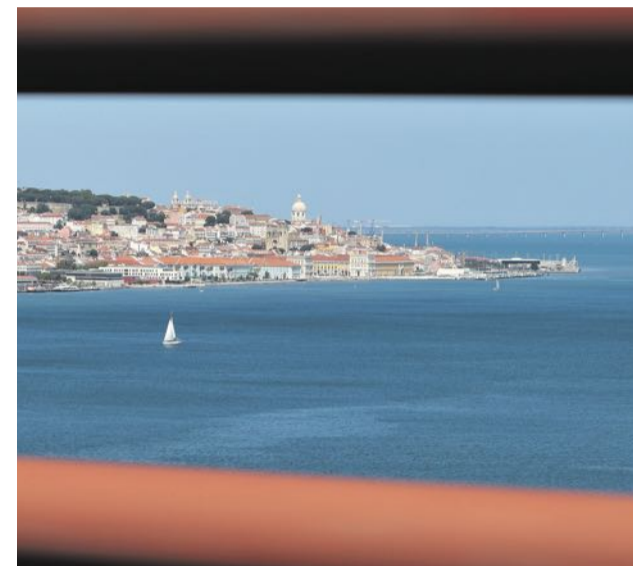
André Martins, d’Os Verdes, o novo presidente da Câmara Municipal de Setúbal eleito nestas eleições autárquicas pela CDU, já reagiu à notícia do fecho do parque de merendas.

“Na sequência da vedação do Parque de Merendas da Comenda, e tendo já conhecimento de que a fiscalização municipal está a agir em conformidade, quero, publicamente, na qualidade de presidente eleito da Câmara Municipal de Setúbal, garantir que defenderei sempre o uso público daquele espaço”, avançou em comunicado.

Tal como aconteceu quando foi surgido a notícia de que a Herdade da Comenda tinha sido comprada, os setubalenses já começaram a manifestar-se nas redes sociais, reclamando que “aquele espaço é de todos”. Por essa razão, realizou-se uma concentração de protesto contra a restrição.

AUTÁRQUICAS

Elevada abstenção marca eleições



Quase 5 milhões de eleitores escolheram 35.238 autarcas para gerir o poder local em todo o país nos próximos quatro anos.

As eleições autárquicas que se realizaram a 26 de setembro traduziram-se na eleição de milhares de candidatos a diferentes órgãos locais em todo o país. Para além da quebra na ida às urnas, a maioria dos partidos sofreram quedas nos resultados. Se em 2017, 54,97% dos eleitores participaram nas eleições, em 2021 esses números desceram para 53,65%.

Em Portugal continental e nas regiões autónomas, entre os principais partidos que detêm câmaras municipais, o PS desceu de 37,82% para 34,23%, o PSD sozinho ou coligado também sofreu uma ligeira queda, assim como a CDU que caiu de 9,45% para 8,21%.

No distrito de Lisboa, o PS manteve-se como primeira força com 21,87% dos votos e a CDU aparece novamente como a segunda opção mais escolhida com 11,29%. O PS perdeu a cidade de Lisboa para a coligação liderada pelo PSD, com Carlos Moedas, caindo de 42% para 33,3%. Já a CDU subiu para 10,51% e volta a eleger dois vereadores, João Ferreira e Ana Jara. O BE, apesar da descida nos resultados, conseguiu eleger novamente um vereador, desta vez com Beatriz Gomes Dias.

Na região, o PS consegue ficar com 10 das 16 câmaras municipais, o PSD, coligado ou não, chega às quatro, a CDU manteve Sobral de Monte Agraço, depois da perda de Loures, e a lista de Isaltino Morais garantiu Oeiras.

Por sua vez, no distrito de Setúbal, apesar de a CDU ser a segunda força em votos, com 31,83%, e o PS a primeira com 36,10%, foi a coligação liderada pelos comunistas e verdes que conseguiu mais câmaras. São sete em 13 câmaras municipais, incluindo a capital, Setúbal. Nesta cidade, fez-se história. Pela primeira vez, um autarca ecologista passa a presidir um concelho em Portugal. Com 34,40%, André Martins, membro do Partido Ecologista “Os Verdes”, superou o PS que não ultrapassou os 27,67% dos votos. Apesar da perda da Moita, a CDU mantém a maioria das autarquias nesta região.

No resto do país, entre as principais mudanças, o destaque vai para Coimbra que passa do PS (32,65%) para a coligação liderada pelo PSD que alcançou os 43,92%. A CDU mantém nesta cidade um vereador.

TRABALHO

Corticeira condenada por despedir operária



Cristina Tavares foi despedida por ter exercido direitos de maternidade e assistência à família

De acordo com a Lusa, a empresa Fernando Couto - Cortiças S.A., foi condenada pelo Tribunal da Feira a pagar uma coima de cerca de 11 mil euros por ter despedido a operária Cristina Tavares, após esta ter denunciado ser vítima de assédio moral.

A sentença, de 24 de setembro, deu como provado que a empresa promoveu o despedimento de Cristina Tavares, em 10 de janeiro de 2019, “após a mesma ter invocado os seus direitos e garantias, bem como o exercício de direitos relativos a assédio moral”.

Além da reintegração da trabalhadora, a empresa aceitou pagar a indemnização de 11.250 euros por danos não patrimoniais sofridos, bem como os salários que a trabalhadora deixou de receber durante o período em que não esteve a trabalhar.

A situação de Cristina Tavares deu ainda origem a duas contraordenações da Autoridade das Condições de Trabalho (ACT), por assédio moral à operária e violação de regras de segurança e saúde no trabalho, tendo sido aplicadas coimas no valor global de cerca de 37 mil euros.

A empresa tinha recorrido das duas contraordenações (uma muito grave e outra grave) aplicadas pela ACT, tendo sido condenada apenas pela primeira, uma vez que o tribunal concluiu que as normas aplicadas se encontram “numa relação de concurso aparente, inexistindo fundamento para a sua aplicação cumulativa”.

O tribunal decidiu ainda manter a condenação solidária do presidente do Conselho de Administração da empresa no pagamento da coima única aplicada e a sanção acessória de publicidade aplicada.

Durante o julgamento, a inspetora da ACT que acompanhou o caso considerou que o segundo despedimento de Cristina Tavares foi uma “retaliação” por parte da entidade patronal pelas denúncias de assédio moral feitas pela trabalhadora.

“Isto foi um mecanismo que a empresa encontrou para de certa forma reagir a todos estes procedimentos que fomos [ACT] realizando”, disse.

Cristina Tavares, que também prestou declarações em Tribunal, disse que nunca quis difamar a empresa e assegurou que não foi ela que tornou os factos públicos.

“Nunca pensei que ia dar nisto. Estava apenas a tentar recuperar o meu posto de trabalho (...) Eu dei-me sempre bem com os patrões e é por isto que me sinto injustiçada, porque eu dei tudo por aquela empresa”, afirmou.

Cristina Tavares foi despedida uma primeira vez, em janeiro de 2017, alegadamente por ter exercido os seus direitos de maternidade e de assistência à família. O Tribunal considerou o despedimento ilegal e determinou a sua reintegração no posto de trabalho.

Dois anos depois, a empresa voltou a despedi-la acusando-a de difamação, depois de ter sido multada pela ACT, que verificou que tinham sido atribuídas à trabalhadora tarefas improdutivas, carregando e descarregando os mesmos sacos de rolhas de cortiça, durante vários meses.

Já em junho de 2019 a empresa aceitou voltar a reintegrar a trabalhadora antes do início do julgamento que visava impugnar o segundo despedimento.

Na altura, a entidade patronal explicou que decidiu “virar a página negativa que se formou”, criando condições para se focarem na sua atividade “em paz jurídica”.

Em fevereiro, o Ministério Público (MP) acusou a empresa, os membros do conselho de administração e os diretores de produção e qualidade de um crime de maus-tratos, por alegadamente terem criado um ambiente “hostil, intimidatório e degradante” para levar a operária Cristina Tavares a despedir-se, após ter sido obrigada pelo tribunal a reintegrá-la.

Em Agosto, a operária anunciou que ia recorrer para o Supremo da decisão do Tribunal da Relação do Porto, que absolveu a corticeira Fernando Couto de pagar uma indemnização de 80 mil euros à operária como compensação pelo crime de assédio moral, fazendo tábua rasa da violência a que a trabalhadora foi sujeita e que o Constitucional confirmou.

A VOZ dos livros



A Cultura Integral do Indivíduo de Bento de Jesus Caraça

O desenvolvimento cognitivo de vastas camadas da população, o ensino democrático, universal e gratuito que a nossa Constituição inscreve e garante, está, uma vez mais, como no passado recente, cujas feridas e fundos lanhos ainda nos açoitam, posto em causa. O capitalismo, ultramontano e neofascista, de fachada liberal, tem horror aos saberes. Uma sociedade culta, com capacidade analítica e reflexiva é, para os arautos da sujeição e do conformismo, da exploração e da mentira, uma estirpe perigosa dado que informada, combativa e exigente – difícil de vergar, portanto. Querem-nos mansos, subservientes e tributáveis, dobrados aos sacrifícios que, na pífia e matreira retórica do “não há alternativa”, a todos atingem. Aos menos capazes, aos impreparados da sociedade que, na sua rapace usura, eles próprios geraram, ordenam-lhes que se submetam “à lei dos caminhos feitos”, como escreveu o nosso Manuel da Fonseca, durmam ao relento e estendam a mão à caridadezinha que por aí anda, de novo, lampeira, em busca de almas penadas. E, aos restantes, que paguem a crise a porrete, ou emigrem.

Nos primórdios do nosso século XX, perante problemas com a mesma substantiva origem, um vulto cimeiro da nossa Cultura (e da política, dado que a intervenção cívica e social é o mais lídimo espaço para que o homem culto plenamente se realize), combateu para que neste território de todas as causas que tinham o homem como centro de transformação da sociedade, tivessem lastro e frutificassem: Bento de Jesus Caraça, pedagogo, professor, editor e antifascista; corajoso denunciador da opressão, do cinzento obscurantista, provinciano e beato que, a partir dos anos 1930 se abateu de forma brutal e insidiosa sobre a sociedade portuguesa.

Sobre as questões do ensino público e do combate ao analfabetismo, em entrevista publicada no jornal *República* em 1945, afirmava Bento de Jesus Caraça: “Não sei se haverá em todo o mundo civilizado, criança mais desprotegida dos poderes públicos que a criança portuguesa. E, mais à frente, na mesma entrevista, trata de outro aspecto, este inferindo candente actualidade, prende-se com a acção pedagógica e a situação dos professores: “Em que condições exerce hoje o professor o seu mister de ensinar? (...) Posso afirmar, sem receio de exagerar, que essas condições se caracterizam essencialmente assim: deficiência de meios pedagógicos; deficiência de meios materiais da vida do professor, limitação das condições de independência mental dos agentes educativos.» Lúcido e brilhante. Questões basilares do nosso tempo, desenvolvidas nesse texto imprescindível que é *A Cultura Integral do Indivíduo*.

A Cultura Integral do Indivíduo, de Bento de Jesus Caraça – Edição Página a Página/2021

Domingos Lobo

ENERGIA



Barragem do Alqueva no Alentejo.

Conta da luz dispara em Portugal

Os preços da electricidade em Portugal batem recordes. No princípio de setembro, os valores no mercado grossista ibérico (Mibel) atingiam os 130,53€/MWh, praticamente quatro vezes mais do que em igual período do ano passado.

Segundo a empresa Selectra, especializada na análise às ofertas dos operadores de electricidade, antes do confinamento, o consumo médio mensal de uma família de quatro pessoas e o de uma família de duas pessoas era, respetivamente, de 73 euros por mês, com uma potência contratada de 6.9 kVA e um consumo médio anual de 5000kWh, e de 37 euros mensais com uma menor potência (3.45kVA) e um menor consumo (2500 kWh por ano).

Com a subida vertiginosa dos preços e o fim do verão, o impacto no rendimento disponível das famílias portuguesas pode pôr em causa o equilíbrio financeiro de muitas famílias num país em que o salário médio era de 1005 euros em 2019, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Em Portugal, depois da privatização da EDP, processo iniciado pelo governo PS de António Guterres, e da liberalização do setor, as diferentes empresas que operam no mercado definem os seus preços através de leilões. Por imposição da União Europeia, todos os dias do ano, às 11 horas portuguesas, realiza-se uma sessão na qual se estipulam os preços e energias da electricidade em toda a Europa para as vinte e quatro horas do dia seguinte. O preço e o volume de energia numa hora determinada são estabelecidos pelo cruzamento entre a oferta e a procura, seguindo o modelo acordado e aprovado por todos os mercados europeus.

Os agentes compradores e vendedores que se encontram em Espanha ou em Portugal apresentam as suas ofertas ao mercado diário através do Operador de Mer-

cado Elétrico (OMIE), designado para a gestão do mercado diário e intradiário de electricidade na Península Ibérica. Só que a aquisição de electricidade para uma determinada hora é ao preço mais caro de todo o tipo de origem da energia em oferta. Por exemplo, se para uma determinada hora, 90% da energia adquirida for de origem hidroelétrica, que é mais barato, e 10% de gás natural, muito mais caro, o valor a pagar por todo o produto adquirido será ao preço do gás natural. Simultaneamente, a escalada de preços do gás natural no mercado internacional agrava a situação a somar ao aumento do preço das licenças de emissão de dióxido de carbono.

Em Portugal, como em Espanha, o panorama é dominado por poucas grandes empresas que dominam o mercado de particulares, a maioria espanholas.

As três propostas, apresentadas em julho pelo PCP, foram chumbadas na Assembleia da República. Segundo o AbrilAbril, PS, PSD, CDS-PP, PAN, CH, IL e a deputada não inscrita Cristina Rodrigues votaram contra o estabelecimento de um regime de preços máximos no gás e de um regime excepcional e temporário de preços máximos dos combustíveis líquidos. Já a desoneração fiscal da electricidade produzida por fontes de energia renovável, e de outras medidas para contrariar a escalada inflacionista no preço da electricidade, mereceu o voto contra do PS e do PSD, e a abstenção do CDS-PP, CH e IL.

Os comunistas propõem que na fatura paga pelos consumidores finais, o Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (IPPE) seja eliminado na compo-

nente que tem origem em Fontes de Energia Renovável. “Propomos que se calcule qual a percentagem de produção de fonte renovável, e que essa parcela não seja sujeita ao IPPE”, explica Duarte Alves, deputado do PCP. O partido propõe ainda alterações à tarifa regulada, nomeadamente a eliminação “de fatores artificiais de agravamento” desta tarifa.

Antes da votação, Duarte Alves já tinha lamentado que o Governo, que colocara também um diploma a votação, não tivesse aproveitado a proposta apresentada no último Orçamento do Estado, a qual, admitiu, “teria permitido que estes instrumentos estivessem disponíveis” desde o passado mês de julho, impedindo assim os aumentos especulativos dos combustíveis nos últimos meses.

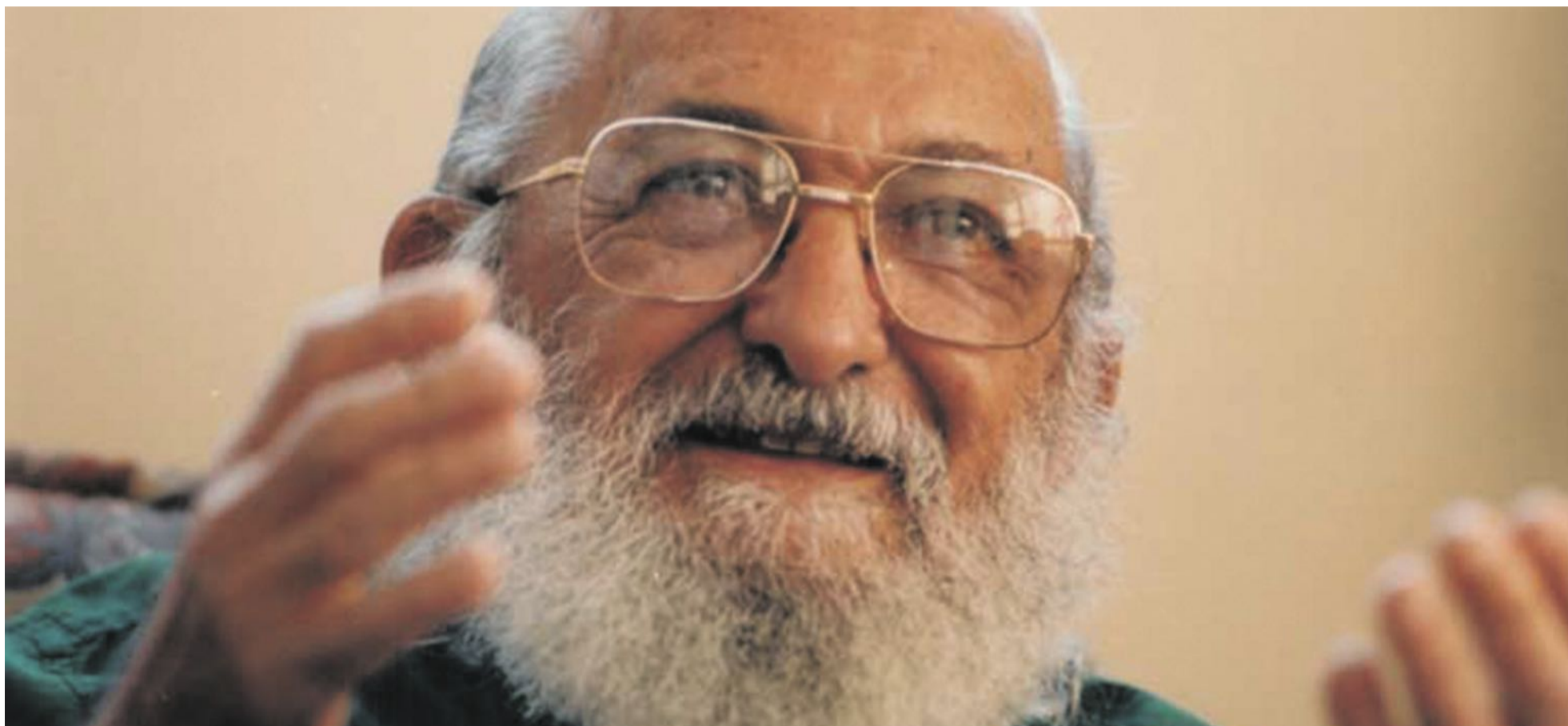
O PCP quer que sejam tomadas “medidas de controlo do setor elétrico”, nomeadamente em relação “às rendas apropriadas pelos produtores nos lucros garantidos, seja nas eólicas ou nas hídricas”. O partido contesta a lógica marginalista da formação de preços, “que determina que o preço final diário seja o da última unidade entrada na rede, independentemente de a maior parte da electricidade admitida na rede corresponder a produções com custos de muito inferiores”.

Para o deputado comunista, “é preciso que o Governo tenha coragem de enfrentar os grandes interesses e que implemente medidas que impeçam aumentos, seja no mercado regulado ou liberalizado”.

Com a liberalização da energia, em 2006, recorrendo ao argumento de que a qualidade do serviço e os preços passariam a ser mais atractivos para os consumidores, Portugal foi evoluindo precisamente no sentido contrário, atingindo o patamar dos países da Europa com as facturas mais caras.

O governo espanhol aprovou nesta terça-feira um diploma que irá forçar uma descida do preço da electricidade em Espanha nos próximos meses, através de um conjunto de medidas destinadas a colocar a factura de 2021 aos níveis de 2018 (sem ter em conta a variação da inflação). É a passagem à prática do “plano de choque” que o primeiro-ministro socialista, Pedro Sánchez, anunciou há poucas semanas.

BRASIL



Paulo Freire – Do legado ao compromisso

Ivo Serra, Diretor pedagógico Restelo e Ajuda

Celebram-se, este ano, 100 anos do nascimento de Paulo Freire. Celebra-se, por isso, a vida e obra de um dos mais importantes educadores, pedagogos e pensadores de língua portuguesa e do mundo. Paulo Freire é, desde 2012, Patrono da Educação no Brasil, apesar de todas as tentativas recentes para apagar o seu legado.

É autor de 25 livros, o terceiro autor de ciências sociais e humanas mais citado do mundo, *doutor honoris causa* em mais de 27 universidades de ensino mundiais, tendo lecionado em várias universidades por todo o mundo, sendo Yale, Cambridge ou Oxford apenas alguns dos exemplos mais conhecidos.

Talvez o patrono não optasse por esta nota introdutória para um artigo sobre o seu legado, mas assim tiramos do caminho qualquer confusão acerca da natureza da credibilidade que Paulo Freire tem para a Educação em geral e para A Voz do Operário em particular.

Paulo Freire tem para nós uma importância difícil de mensurar e, por isso mesmo, ainda mais difícil de traduzir de uma forma que lhe faça justiça. É imensamente profundo o seu contributo para o entendimento que temos sobre a natu-

reza da relação educativa e das práticas que lhe estão associadas. Mas façamos essa tentativa.

O pensamento de Paulo Freire comporta uma lógica conceptual tradutora de tudo o que nas escolas d'A Voz do Operário preconizamos e tentamos implementar. Para uma melhor apropriação do que queremos dizer, importará começar pelo princípio - sendo essa a base ideológica pela qual é guiada a nossa interpretação do mundo. Assim sendo, importa explicitar que o ponto de partida para qualquer relação educativa, segundo Paulo Freire, está sediado numa base materialista e dialética. Aquela que se faz a partir da interpretação que faço da minha experiência com o mundo e na forma como influencio e sou influenciado por esta. Falamos, por isso, de uma relação permanente de aprendizagem. Começamos daí a entender que o acto de aprender não é exclusivo mas inclusivo, não sendo possível de ser feito em sentido único. Não há "aquele que aprende" e "aquele que ensina". O acto de aprender e ensinar é um acto simultâneo, de troca e de superação, mútua, daqueles que estão envolvidos no processo. Aprende-se, cada vez de forma mais aprofundada, porque se partilha o saber e porque essa partilha suscita no outro novos saberes que veem, inevitavelmente, com novas perguntas,

novas curiosidades e desafios, que permitem que a espiral de aprendizagem co-construída de cada um dos aprendentes siga o seu caminho, aprofundando-se colectivamente.

Esta superação pessoal, este caminhar progressivamente mais crítico e consciante, é aquilo a que Paulo Freire chama de "Educação como prática da liberdade", e é por isso que, nos dias de hoje, o seu legado é tão ameaçador para quem faz a gestão diária do sistema. Mas não só por isso.

Paulo Freire deixou sempre claro que este caminho não poderá nunca ser feito com a pretensão de algum tipo de neutralidade, porque ela, pura e simplesmente, não existe. Um adulto que se envolve numa relação educativa, seja sob que papel for, nunca parte de uma base ideológica neutra e esta será, consciente ou inconscientemente, a base de toda a relação que irá estabelecer com o outro. Assim, um educador (no sentido mais amplo do termo, dizemos nós) tem de ser um militante. Militante do compromisso que assume com aqueles que se relaciona educativamente. E, não sendo neutro, ou se assume enquanto militante por um mundo que se quer novo e surgido da superação daquele que hoje temos, ou enquanto um "gestor de conta" do *ensino bancário* que o mundo que temos precisa para sobreviver.

É por isso que educar é um acto *político*. Político porque a criação de instrumentos de interpretação da realidade, com vista a transformá-la ou a mantê-la, está sempre subjugada a uma agenda que começa nos governos que o sistema elege e termina nos valores que nos são passados. E então, permitam-me a insistência, ou os valores são *passados*, ou são futuro. E é por isso mesmo necessário que fique claro que, n'A Voz do Operário, não é por isso possível passar "por entre os pingos da chuva" quando a escolha por nós feita é a Educação. E porque estão sujeitos a essa escolha outros que não escolheram aqui estar, a clarividência de onde estamos e para onde queremos ir, impera.

É por muito mais que isto, mas também por isto que Paulo Freire é uma das maiores referências para A Voz do Operário e é por isto e muito mais que o seu contributo é mais premente e actual que nunca.

O nosso compromisso com aquilo a que diferentes autores chamam de Pedagogia Crítica, e da qual Paulo Freire é reconhecidamente um dos seus maiores representantes, é, em si, a maior homenagem que algum dia A Voz do Operário lhe poderá fazer. Teremos em breve mais uma oportunidade de continuarmos a construir-nos e a superar-nos, através do trabalho a realizar em torno do nosso Projecto Educativo. E estarmos à altura de honrar o compromisso que estabelecemos para com os mais de mil construtores do futuro que temos à nossa responsabilidade, é o nosso maior legado.

Disse o homem um dia: "A Educação não transforma o mundo. A Educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo." Assim seja, companheiro Paulo.

CINEMA

Rifkin's Festival: Woody Allen, presente.

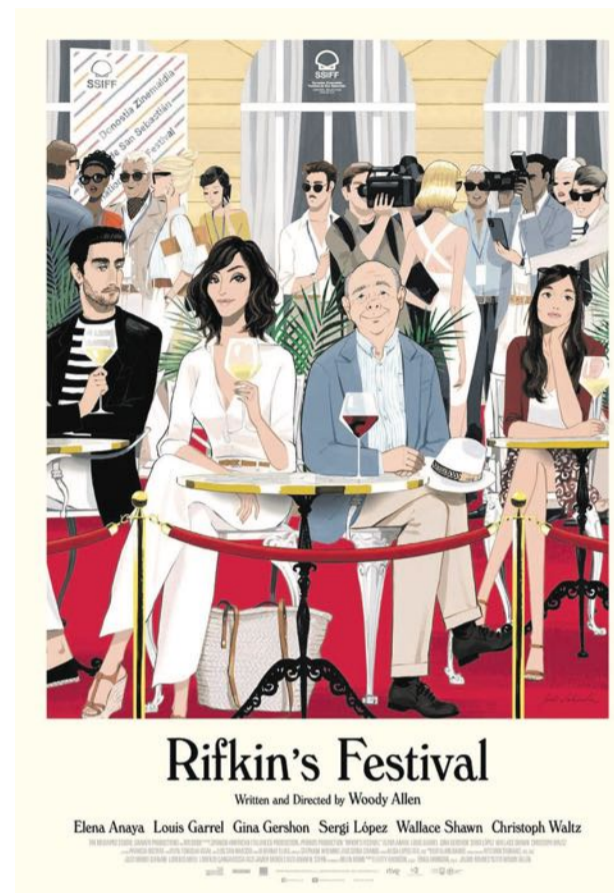
Edite Queiroz

Com 85 anos de vida, nada a provar e pouca disponibilidade para arrumar as botas, Woody Allen regressa à Europa que teimosamente o resgata do desprezo a que foi votado do outro lado do mar. Chegado às paisagens idílicas de San Sebastian, escreve e realiza o 48º filme, postal citadino de encomenda, ilustrado pelas cores quentes da lente de Vittorio Storaro. Wallace Shawn é aqui responsável pela habitual recriação da sua *persona*. Poderia até ser uma mulher – como *Jasmine*, a sua Blanche Dubois contemporânea – mas, desta vez, a identificação é quase directa, não apenas pela interpretação de Shawn, mas pelo número de *monomanias* comuns à personagem e realizador. Shawn interpreta Mort Rifkin, um ex-professor de cinema que acompanha a mulher, Sue (Gina Gershon), ao festival de San Sebastian, suspeitando do seu interesse romântico no jovem realizador (Louis Garrel) que ela promove. A trama, sem grandes surpresas, tem mesmo reminiscências do filme anterior, *A Rainy Day in New York*, cujos protagonistas poderiam ser filhos de Mort e Sue. É o mote para uma primeira observação: O conjunto de neuroses que distingue o cinema de Woody Allen será explanado, independentemente do enredo proposto, pelo alter-ego de serviço, quase sempre um judeu intelectual, hipocondríaco e periclitante, agnóstico convicto em busca do sentido da vida, angustiado e inconformado com a ideia da morte. Em contraponto, a figura feminina de temperamento forte e emocionalmente distante, é o ideal que a todo o momento lhe escapa. Como condimentos, a crítica so-

cial ao snobismo dos meios artísticos, o pessimismo, uma cinefilia devota e uma aura de melancolia, a espaços rompida por uma ironia fina e trágico-cómica.

Se muitos destes ingredientes estão presentes em **Rifkin's Festival**, dificilmente se misturam para produzir um resultado coeso. O filme é sobretudo centrado no mundo onírico de Rifkin, em que memórias e desejos são convertidos em cenas dos seus filmes de eleição. Assim o filme se passeia, a preto-e-branco, pelas obras de Truffaut, Bergman ou Fellini (homenageando o cinema clássico), regressando ao ambiente do festival de San Sebastian (satirizando o *novo* cinema), e uma vez mais ao passado que é simultaneamente futuro: na recriação do jogo de xadrez na praia, a mais icónica cena de *O Sétimo Selo* (1963), a morte personificada por Christoph Waltz oferece conselhos para a vida.

Há, no texto, uma indolência inegável do ponto de vista da coerência interna: um guião desconectado e personagens sem espessura, apesar da presença, desperdiçada, de Gershon e Garrell. Mais do que recontar a história de amor, atribulação e desencontro que tantas vezes escreveu e dirigiu, Woody Allen parece ter aproveitado a ocasião e o financiamento (que lhe vão escasseando) para voltar a filmar, falar de si mesmo e falar de cinema (serão das suas actividades favoritas), talvez com uma certa negligência, talvez um resquício da amargura das polémicas recentes, talvez pouca inspiração, mas ainda grande vontade. Apesar das limitações, o filme conserva um valor mínimo garantido presente numa marca autoral já gravada na história do cinema, com todas as suas particularidades, bastando dois minutos de ecrã para que



O filme estreou no dia 23 de setembro em Portugal.

percebamos de que(m) se trata: na selecção da banda-sonora, na narração, na história, nos trejeitos dos actores, na fotografia, na fonte e fundo preto dos créditos iniciais. De quantos cineastas poderemos dizer o mesmo? Consideremos, por isso, estar perante um produto de intervalo entre grandes filmes, um dispositivo frequente na sua longa carreira. Confiando nesse grande filme que virá, alegramo-nos, por ora, com o monólogo de um velho cinéfilo judeu, escarpate dos seus tormentos existenciais e declaração de presença – como se nos dissesse: *Apesar de tudo, estou ainda aqui*.

Sugestões culturais

Visita à zona industrial da Amadora
Venda Nova



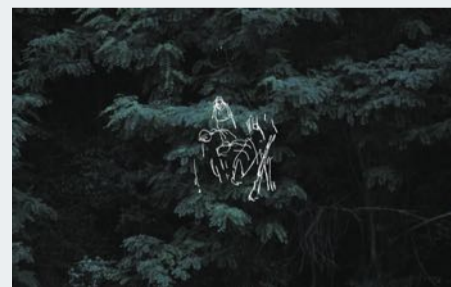
A visita percorre os lugares que marcaram a história do concelho. Os visitantes poderão identificar os edifícios onde laboraram algumas das mais importantes indústrias nacionais, como a Sociedade Industrial de Borrachas, a COMETNA, a SOREFAME, a SOTANCRO, a CEL CAT e os Laboratórios Vitória, entre outros. Inscrições até 12 de outubro através do 214 369 090.

Válvula
Teatro Luís Camões



Um espetáculo que parte da história do graffiti para nos levar numa viagem com várias perguntas. O designer António Jorge Gonçalves convida o MC e ativista Flávio Almada. Nesta performance, meio palestra, meio concerto de rap/hip hop, o desenho digital, a música. Até 24 de outubro, a entrada tem um custo de 7 euros para maiores de 18 e de 3 para menores.

Landscapes of Resistance
DocLisboa



É um dos documentários a abrir o DocLisboa, que decorre de 21 a 31 de outubro. Chega-nos da Sérvia, *Landscapes of Resistance*, de Marta Popivoda. Este filme sobre uma das primeiras mulheres a fazer parte da resistência jugoslava contra o nazismo parte do passado para o presente. O objetivo é olhar para o fascismo hoje sem esquecer os que lutaram contra a barbárie.

Luca Argel
Teatro Maria Matos



Nove meses depois do lançamento do álbum "Samba de Guerrilha", o cantautor carioca Luca Argel volta a Lisboa para subir ao palco do Teatro Maria Matos a 10 de novembro. Esta será a primeira vez que "Samba de Guerrilha" será apresentado com todas as suas componentes. Música, história e imagem irão conjugar-se em cena para contar a trajetória deste centenário género brasileiro.

A VOZ DO OPERÁRIO



Operários tabaqueiros em luta (Renovação, 15/05/1926, p.2).

A luta que forjou A Voz do Operário há 142 anos

O jornal A Voz do Operário celebra no dia 11 de outubro 142 anos. É quase século e meio de história a dar voz à classe trabalhadora. Centenas de mulheres e homens fazem parte desta construção coletiva, do mais antigo jornal operário português em circulação. Somos passado, mas também futuro. Queremos ir onde outros não vão, falar do que outros calam.

Foi pelas mãos de operários tabaqueiros que este jornal nasceu há 142 anos atrás, em Outubro de 1879, num beco de Alfama.

Estudioso e promotor do associativismo popular, Costa Goodolfim escrevia nesse tempo que “a classe dos operários do tabaco é de todas assim como as dos operários das minas a mais desgraçada. Os salários são pequeníssimos, a matéria em que trabalham danifica-lhes horrorosamente a saúde. Contemple-se a cara desses míseros e ver-se-há a sombra pálida da morte debuxada nas suas faces. Não é ne-

cessário mais do que entrar numa fábrica e ver-se-há como aquele pó subtil nos sufoca, a dificuldade com que respiramos” [Costa Goodolfim (1876), *A Associação*, p.126].

O problema não estava apenas nos baixos salários e no pó do tabaco. Um cronista do antigo movimento operário, César Nogueira, aponta que nos seus locais de trabalho os operários tabaqueiros “sofriam a mais crua exploração, vítimas de multas, horas excessivas de trabalho, maus tratos, pouca higiene e os aprendizes castigos corporais. Uma vida infernal”. Foi para se defenderem dessa “deplorável situa-

ção” que “surgiu a ideia de publicar um jornal” [República, 13/10/1962, p.1].

Por ocasião do 10º aniversário d’A Voz do Operário, em 1889, Costa Goodolfim vê uma esperança: “o movimento operário apresenta-se cada dia mais imponente, afirmam-se os direitos, tracejam-se planos de vastíssimo alcance social”.

A seu ver, “dois grandes elementos têm contribuído para estas conquistas; a associação e o jornal. A associação que é a força, o jornal que é a voz, que vai chamando à vida activa todos esses elementos que estavam inertes”. E aponta que a classe operária “compreendendo esta verdade tem procurado manter na imprensa o seu lugar, com jornais exclusivamente seus, e em que expande as suas doutrinas”. E “se todos os operários compreendessem tão nitidamente o poder que vem da solidariedade”, o seu movimento “teria alcançado já maiores vantagens” [A Voz do Operário, 13/10/1889, p.1].

Quando Goodolfim faleceu, em 1911, este jornal era um semanário com uma tiragem de 52 mil exemplares. Estava a publicar em folhetim a primeira edição em língua portuguesa de *O Capital* de Marx (na versão resumida por Gabriel Deville). E ainda cresceu mais, atingido uma tiragem semanal de 60 mil exemplares até 1917.

Foi “o maior jornal operário” em Portugal. E para o historiador José Tengarrinha, terá sido nesses tempos “o jornal que exerceu influência mais directa, mais longa e mais ampla sobre as lutas operárias” [Tengarrinha (1989), *História da imprensa periódica portuguesa*, pp. 243/4].

Em Outubro de 1915, o poeta e fadista operário Martinho d’Assunção dedicou este poema à Voz do Operário e ao seu redator à época, José Fernandes Alves:

Mensageiro de luz

Salvé! Salvé, jornal A Voz do Operário,
Que tanta luz vens dando ao povo produtor!
És para a humilde gente um facho educador,
Um poeta, um prosador, um belo doutrinário!
Que te posso ofertar pelo teu aniversário,
Merecendo o teu gesto um tão alto valor?
Mas que valias tu sem o teu redator,
O nosso Alves, mentor do teu vocabulário?
Envio-lhe com afeto a minha saudação,
Desejando para ti muita prosperidade,
Que eu veja longo tempo a tua ilustração.
Aniquilando o mal da pobre humanidade
E conduzindo a plebe à emancipação,
Preparando o alvor para a Fraternidade!
[A Voz do Operário, 24/10/1915, p.4]

INSTITUCIONAL

INICIATIVA DE SOLIDARIEDADE COM A VOZ DO OPERÁRIO

5ª GALA DE FADO

DÁ VOZ DO OPERÁRIO

7 NOV.

15H

ORGANIZAÇÃO



A VOZ DO OPERÁRIO

Rua Voz do Operário 13
1100-620 Lisboa

t. 21 886 2155

facebook.com/galadefado

